

Entre a fixação/ficção da tradição: como é que fica o porvir da literatura e da crítica?

*Aryadne Bezerra de Araújo*¹

*Élida Paulina Ferreira*²

*Alexandre de Oliveira Fernandes*³

Resumo

Um desejo de salvaguardar a crítica literária de seu suposto fim, no presente marcado pela pós-modernidade, deixa ler certo conceito de literatura ancorado pelo apreço à tradição e à “alta cultura”. Ao levar em conta a Desconstrução e sua crítica à hierarquização e à essencialização, este artigo problematiza idealidades da tradição e colabora para desestabilizar determinações ôntico-metafísicas, colocando sob suspeita e em suspensão regimes baseados em essência e comprometidos com “a” verdade. Num movimento desconstrutor, a crítica literária e a literatura, em vez de se ocuparem de conceitos estáticos e sentidos primeiros dos textos, abrem-se a outras cadeias de significação, diferenciais, pondo em devir a palavra final. Longe de se buscar conter a literatura, argumentamos serem o cânone e os embates em torno da crítica literária objetos de tensão, os quais, em nossa leitura, denunciam um poder arcôntico autoritário e reducionista, pari passu a uma literatura em porvir.

Palavras-chave: Crítica literária. Desconstrução. Cânone literário. Literatura por vir

Data de submissão: Agosto. 2023 – Data de aceite: Dezembro. 2023

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v20i1.15155>

¹ Professora de Língua Inglesa – Departamento de Letras e Artes (DLA)/ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguagens e Representações (PPGL/ UESC). Mestra em Letras (PPGL/ UESC). <https://orcid.org/0000-0003-0645-9560> E-mail: aryadne.araujo@gmail.com

² Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestra em Linguística Aplicada pela mesma instituição. Professora Plena da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), professora de língua inglesa e literaturas anglófonas do Departamento de Letras e Artes (DLA / UESC) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguagens e Representações (UESC). <https://orcid.org/0000-0001-5513-9366> E-mail: epferreira@uesc.br

³ Doutor em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor permanente no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGER) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor EBTB no IFBA / Porto Seguro, onde leciona Língua Portuguesa. <https://orcid.org/0000-0002-1556-43> E-mail: alexandre.pro@gmail.com

Introdução

A cena de produção do cânone nunca é tão diádica quanto parece, pois aquilo que produz uma “identidade” do cânone não passa ao largo de categorias como interpelação, ideologia, ritual, reconhecimento, ressentimento, inconsciente, efeitos ficcionais do nomear, discurso, desejos, jogos de linguagem. Daí que, não sendo diádica, é paradoxal e evoca efeitos de sujeição na construção do que é e do que não é o literário.

Não sendo desfecho de esmero apolíneo, o cânone se apresenta mais como um campo de batalhas, múltiplo, conflituoso, resultado de disputas entre subordinação, poder e resistência. Logo, não tendo nada que ver com monólitos, fixidez e essencialidades, o cânone não é, mas sempre está sendo.

Entre fixação/ficção de uma certa tradição e o tudo querer dizer da literatura e da crítica literária, o que arquivaria embates em torno de um nome, a saber, “cânone”? Desdobrando tal pergunta, e se partíssemos do gesto de leitura de uma escritora, professora, ensaísta, tradutora, a reduzir o literário, haja vista que estrutura a (sua) crítica e a literatura em pares de opostos excludentes?

Dedicada a salvaguardar a crítica literária de um suposto “fim”, na contramão dos Estudos Culturais e do Pós-modernismo, a leitura da ensaísta acabaria por se ancorar em empresas masculinas, brancas, ocidentais e europeias. Atracada em pulsão conservadora, tentaria controlar a potência disseminante da cadeia de signos e, em defesa de uma “alta literatura”, deixaria entrever exclusões, fobias, hierarquizações, num movimento interessado em frear a potência estética/ética do texto literário e da crítica.

A cena de escritura do cânone resultaria, portanto, em tradição fixada, legando pouco espaço para outras possibilidades de leitura, escritura e críticas criativas. Ficaria afastada a própria condição de possibilidade da literatura, qual seja, sua abertura ao irreduzível, ao segredo, à diferença, à alteridade e ao devir literário.

Ao longo do artigo em tela, argumentamos que retóricas alarmistas em torno da morte da literatura e da crítica, se por um lado, demonstram o desejo por instituir e manter um arquivo literário do cânone, por outro, vão na contramão da dispersão, da heterogeneidade e do acontecimento próprios da literatura. Tal movimento, longe de conter a literatura, conta-nos ser o cânone e os embates em torno da crítica literária objetos de tensão, os quais, em nossa leitura, que contra-assina Leyla Perrone-Moisés (1996), denunciam um poder arcôntico autoritário e reducionista, *pari passu* a uma literatura em porvir.

1 Fixação/ficção da tradição e o tudo dizer da literatura e da crítica literária

Em ensaio publicado na *Folha mais!*, Leyla Perrone-Moisés (1996) lança o questionamento acerca do destino ou do fim da crítica literária no presente marcado pela pós-modernidade. A percepção da teórica e crítica literária, ela mesma, não deixa de transmitir um presságio apocalíptico, partindo da observação que faz acerca do espaço que a crítica especializada tem ocupado, ou deixado de ocupar, no ambiente acadêmico. Nas palavras da autora, “[...] a crítica anda um pouco anêmica, reduzida ao rápido resenhismo jornalístico, necessário, mas não suficiente” (Perrone-Moisés, 1996). A relação que Perrone-Moisés estabelece entre uma crise da crítica literária e o *boom* pós-moderno dos estudos culturais manifesta uma postura preocupada com a conservação de um determinado conceito de literatura no qual a crítica especializada, de tendência esteticista, se ancora.

No entanto, a fim de proteger a instituição literária da “destruição” que se conjectura nas releituras e apropriações culturais e decoloniais de textos da tradição, seria preciso deixar em reserva a perspectiva contra-estruturalista⁴ de escrita que nos é legada pelas contribuições de Roland Barthes, Maurice Blanchot e Jacques Derrida, lidos e traduzidos pela teórica. Parecem ir de encontro ao esforço conservador do ensaio ideias como a de que a literatura seria o refúgio contra impulsos fascistas da língua — como afirma Barthes em sua aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Collège de France, em 1977 —, ou de que a “essência” da obra literária está sempre porvir (Blanchot, 2005) e que a escrita literária se desdobra em direção à alteridade incondicional (Derrida, 2014). A autora aponta, inclusive, os “efeitos perversos” dessa linha de pensamento que se inscreve na esteira da “morte do sujeito” cartesiano e iluminista — sujeito que predominava no romantismo —, do “descentramento” e da “crítica-escritura” elaborada pela desconstrução (Perrone-Moisés, 1996). Como afirma a autora, todas essas propostas que puseram em xeque as autoridades opressoras “foram assimiladas como criatividade espontânea, como dispensa de qualquer competência ou formação, como irresponsabilidade autoral, como desprezo pela tradição e pela *alta cultura*” (Perrone-Moisés, 1996, grifos nossos). Residiria aí, em sua opinião, um erro de assimilação do descentramento e da desconstrução pelos grupos que reivindicam o espaço que lhes foi negado na literatura.

Não obstante, e empreendendo um gesto de desconstrução, lemos que o conceito de

⁴ Optamos por usar o termo contra-estruturalista, e não pós-estruturalista, por entendermos que o termo “pós-estruturalismo” pode apontar para um sistema binário e de superação do estruturalismo. O termo “contra-estruturalismo” nos permite construir a ideia de que estamos dialogando com o estruturalismo, apontando os seus impasses, exclusões, tensões e determinações metafísicas. Este entendimento é mais coerente com a argumentação e com a teorização construída neste artigo.

alta cultura, defendido pela autora, é marcado por um dualismo metafísico, uma vez que, numa leitura possível, remete-nos à sua antítese — à “baixa” cultura, como a cultura de massa. Esse dualismo tem afinidade com a tradição metafísica ocidental, que se pauta na hierarquização de pares opostos em que um dos elementos do par, representando ideias universais de sujeito (branco, masculino, heteronormativo, judaico cristão, ocidental) e de valores (o bem, a verdade, a moral, o alto), se sobrepõe ao seu oposto.

Do lugar em que a autora se coloca (entendimento de que o cânone e a tradição se estabelecem a partir de valores de referência, e não de valores intrínsecos), seria aceitável borrar a fronteira que a tradição logocêntrica edifica entre essas oposições, criticá-las e deslocá-las em direção a um pensamento que problematizasse as relações oposicionais. Todavia, a postura nostálgica, preocupada com o suposto desprezo pela tradição e pela alta cultura, de um lado apaga o fato de que qualquer instituição de valores de referência ocorre em vista de convenções e acordos de um grupo ou comunidade; de outro lado, acolhe ainda, e com estima, uma herança a permanecer intocada.

Pode-se dizer que, no seu ensaio, Perrone-Moisés (1996) manifesta um temor de algo presente nos anos 1990 e início dos 2000⁵ acerca dos efeitos da desconstrução no campo de estudos da linguagem, dos estudos culturais e literários, a saber: qual seria o limite entre a crítica ao estruturalismo, necessária institucional e historicamente nos anos 1960–1980, e o “descambar” ao vale-tudo.

A autora afirma que “[...] talvez agora seja o momento de rever o trabalho de desconstrução efetuado nas últimas décadas [...]”, entendendo que seria preciso rever as estratégias e propostas dos estudos culturais, como afirmado acima, que “[...] puseram em xeque as autoridades opressoras, abriram caminho para novos gêneros, para as literaturas emergentes e a cultura de massa” (Perrone-Moisés, 1996). Ressalte-se que, em primeiro lugar, a desconstrução está sempre sujeita a novos gestos desconstrutivos; e em segundo lugar, a assunção de que a literatura não comporta a subversão de sua lei e de sua função “supremas”, assim como de que há efeitos perversos dos deslocamentos provocados pelos estudos culturais (de filiação desconstrutiva), compromete-se com uma posição elitista que coloca em lugar de superioridade a “alta literatura” em relação a “literaturas emergentes”, a serem rebaixadas. Ainda outro aspecto a ser trazido para a discussão é a suposição de Perrone-Moisés (1996), de que, ao serem questionadas as determinações metafísicas dos conceitos, essas (determinações) simplesmente sejam abolidas; ou, de outro lado, que seja

⁵ Esse movimento de reação contra a desconstrução retorna atualmente como parte de um fenômeno contemporâneo de fortalecimento da extrema direita no mundo. Publicado no *Le Monde* em 3 de maio de 2023, o artigo de autoria de Anne Berger (e assinado por muitos intelectuais e estudiosos da desconstrução), intitulado *Non, l’anti-wokisme ne sert pas la démocratie*, reage às teses e detrações feitas pelos organizadores de um colóquio da Universidade de Sorbonne organizado por Jean-Michel Blanquer intitulado *Après la déconstruction, reconstruire la science et la culture*. Disponível em: <https://philomel.hypotheses.org/10649>. Acesso em: 20 jun. 2023.

possível uma apropriação plena do que se chama de desconstrução, da qual os estudos culturais seriam fiéis reprodutores.

Nesse sentido, há de se considerar a complexidade envolvida na crítica à hierarquização e à essencialização de um centro que sustenta a própria estrutura das hierarquias e da fixidez dos conceitos. Derrida (2001b, p. 30) afirma que, ao criticarmos os conceitos e propormos “cortes epistemológicos” – aqui tomando como exemplo a alta literatura de um lado e a cultura de massa de outro, à luz do conceito do que seja a literatura e o literário —, não há como descartá-los [os antigos conceitos]; é necessário, por sua vez, no interior do que se critica, “[...] transformar os conceitos, deslocá-los, voltá-los contra os seus pressupostos, re-inscrevê-los em outras cadeias [...]”. Promover este deslocamento, todavia, não significa abolir os antigos conceitos, mas problematizar como operam e evidenciar as suas idealidades. O filósofo continua argumentando que “Os cortes [epistemológicos] se reinscrevem sempre, fatalmente, em um tecido antigo que é preciso continuar a desfazer, interminavelmente” (Derrida, 2001b, p. 30).

Portanto, não se trata de “rever o trabalho de desconstrução feito nas últimas décadas”, pois a desconstrução, isso se desconstrói⁶ (Derrida, 2005), e seu lugar (sem-lugar), tanto quanto o da literatura e dos estudos culturais, se inscreve como efeito de *différance*⁷, em deslocamento, no porvir da linguagem. Por isso afirmamos que a desconstrução, ao desestabilizar as determinações metafísicas dos conceitos e dos textos, não faz com que os objetos da crítica sejam demolidos, pelas razões que vimos apresentando e por que não se escapa pura e simplesmente à metafísica (Derrida, 2001b, p. 23) e a suas determinações. O desejo de blindagem da tradição, no âmbito da literatura e da crítica literária, é o mesmo desejo de que a literatura não se re-inscreva em outras cadeias de significação. Ou seja, é o desejo de manter intocada a instituição literária, seu conceito e função.

Particularmente, sobre o conceito da literatura e sua função, o filósofo (Derrida, 2014, p. 65), na entrevista concedida a Derek Attridge, afirma que “[...] a essência da literatura, se nos ativermos à palavra essência, é produzida como um conjunto de regras objetivas, numa história original dos ‘atos’ de inscrição e de leitura”. Complementamos dizendo que a literatura, pelos “atos de inscrição e de leitura”, institui a sua lei, mas, ao

⁶ “A desconstrução tem lugar, é um acontecimento que não espera a deliberação, a consciência ou a organização do sujeito, nem mesmo da modernidade. Isso se desconstrói” (Derrida, 2005, p. 23).

⁷ “Não existe qualquer sujeito que seja agente autor e senhor da *différance* [...] A subjetividade — como a objetividade — é um efeito de *différance*, um efeito inscrito em um sistema de *différance*. É por isso que o *a* da *différance* lembra também que o **espaçamento** é temporalização, desvio, retardo, pelo qual a intuição, a percepção, a consumação, em uma palavra [ou conceito], a relação com o presente, a referência a uma realidade presente, a um *ente*, são sempre diferidos (Derrida, 2001b, p. 34-35, grifos nossos).

mesmo tempo, pode transgredir, “desafiar ou suspender a [própria] lei”, como nos ensina Derrida (2014, p. 14).

Dessa perspectiva, o conceito e a função da literatura não param no tempo e no lugar e constituem diferentes “inscrições”, tanto quanto impactam a crítica literária que também se re-inventa. Se reinventa, segundo Derrida (2014, p. 78), primeiramente porque ela [a crítica literária] é uma experiência da linguagem e *na* língua, sem possibilidade de ter acesso “à” verdade dos textos, ou mesmo de produzir “a” verdade de seu discurso; em segundo lugar, porque “[...] há também uma instância ‘crítica’ em funcionamento na obra dita literária”, ocorrendo aí uma sobreposição entre a literatura e a crítica literária. Não se trata, obviamente, de assimilar uma à outra, pois “Essas novas distinções [dos conceitos] deveriam abrir mão da pureza e da linearidade das fronteiras. Deveriam ter uma forma [...] [ao mesmo tempo] rigorosa e capaz de levar em consideração a essencial possibilidade de contaminação entre todas essas oposições [...]”, todas já mencionadas na entrevista (Essa estranha instituição chamada literatura), “[...] e também aquela entre literatura e crítica ou leitura ou interpretação literária (Derrida, 2014, p. 78).

Acrescentamos, ainda, mais elementos, para fazermos avançar a problematização dos compromissos com as idealidades manifestas no texto de Perrone-Moisés (1996), em face do desejo de repensar as heranças epistemológicas da desconstrução e do que chama de fim da literatura e de anemia da crítica literária, trazendo uma longa citação de Derrida (2014, p. 71, grifos do autor):

É verdade que justamente Heidegger coloca o pensamento e a poesia *em paralelo* (um ao lado da outra). Nessa mesma perspectiva, ainda *temos dificuldade* de definir a questão da literatura, dissociando-a da questão da verdade, da essência da linguagem, da essência simplesmente. A literatura “é” o lugar ou a experiência dessa “dificuldade” que também se tem com a essência da linguagem, com a verdade e com a essência, com a linguagem da essência em geral. Se a questão da literatura nos obsedia, especialmente neste século, ou mesmo nesta metade de século após a guerra, em sua forma sartriana (“O que é a literatura”) ou então na forma mais “formalista”, porém igualmente essencialista da “literalidade”, isso ocorre talvez não porque se espere uma resposta do tipo “S é P”, “a essência da literatura é isso ou aquilo”, mas antes, porque neste século a experiência da literatura atravessa todos os sismos “desconstrutivos” que abalam a autoridade e a pertinência da questão “O que é?” e todos os regimes associados da essência ou da verdade.

Ressaltamos, primeiramente, a “dificuldade” apontada por Derrida (2014, p. 71), a saber: “[...] definir a questão da literatura, dissociando-a da questão da verdade e da essência”. Essa “dificuldade” associa-se, também, como estamos defendendo, com o abalo desconstrutivo que evidencia que o centro definidor dos conceitos (lugar) joga com um fora

do jogo⁸ (Derrida, 1976), desestabilizando a garantia “em si” de uma verdade que se manterá intacta para todo o sempre. Então, diremos que o sagrado e o secreto da literatura (isso que é da ordem do “O que é?”) está em movimento de devir e demanda leitura e “atos” de inscrição. Ou seja, tomando a problemática do sagrado canônico, a crítica literária tem o poder de eleger os autores de referência formando o cânone, mas, como ato de inscrição e de leitura, esse cânone (referência) não abarca tudo o que se chama literatura. Do mesmo modo, criticar o conceito de literatura e o cânone não significa destruí-los; mas deslocá-los e problematizar o seu fechamento.

O discurso de Perrone-Moisés (1996), de fim do “verdadeiro” conceito de literatura e de crítica literária, faz supor que tais conceitos sejam transparentes, mas, como nos lembra Derrida (2014, p. 76-77) “[...] uma crítica que se apresenta com proclamações, teses ou teoremas ‘desconstrutivistas’ pode praticar [...] a mais convencional das leituras — e vice-versa”, pois há leituras, e “Um leitor não é um consumidor, um espectador, um visitante, nem tampouco um ‘receptor’” (Derrida, 2014, p. 76).

Trazemos essa importante conclusão de Derrida (2014) para melhor evidenciar que — seja com o estruturalismo, seja com a desconstrução, seja com o pós-modernismo — não asseguramos o centro intacto dos conceitos ou dos sentidos dos textos (conceitos e sentidos inovadores ou da tradição), já que os processos de apropriação operam numa relação diferencial, buscando a repetição, mas se diferenciando e adiando a palavra final. Sendo assim, não há porque considerar que devemos rever ou abandonar a desconstrução, em razão das formas como ela foi apropriada por diferentes conjuntos de estudos (culturais, feministas, literários etc.), mas reconhecer que quaisquer gestos de apropriação na língua(gem) implicam assinaturas, heterogeneidades e restos a analisar e a desconstruir.

Retomando ainda o texto de Perrone-Moisés (1996), a autora, nos seus gestos de leitura, malgrado aceitar a desconstrução derridiana até certo ponto, teme o seu poder desestabilizador que leva, supostamente, a efeitos perversos de destruição da tradição e do cânone literário⁹. A autora refuta, por exemplo, a apropriação que os estudos culturais

⁸ “É por esta razão que talvez se possa dizer que o movimento de qualquer arqueologia, bem como o de qualquer escatologia, é cúmplice desta redução da estruturalidade da estrutura e procura sempre conceber a estrutura a partir da presença total que está fora do jogo” (Derrida, 1976, p. 261).

⁹ Perrone-Moisés (1996) afirma, sobre o cânone, que, “[...] como o próprio nome indica, é algo sagrado e consagrado. A origem do cânone, como se sabe, é religiosa. [...] Desde o século 18, o cânone sofreu profundas revisões, baseadas no conceito de ‘gênio’ e na valorização do novo. Desde então, o cânone ficou aberto, mas nem por isso ficou escancarado”. Ora, a autora, mesmo entendendo que o cânone se constitui a partir de convenções estabelecidas e que permanecerá aberto, luta, quase como numa cruzada religiosa, por arquivá-lo intacto sem escancarar, excluindo o fato de que qualquer gesto de arquivamento terá de se haver com dois aspectos do arquivo: o conservador e o revolucionário (Derrida, 2001b), ou seja, com a possibilidade impossível do arquivamento.

fazem da desconstrução, pois minimizam a literatura, “[...] enfocada como apenas uma das formas da cultura (forma de cuja eficácia se duvida) [...] [provocando] a redução de sua função à de memória coletiva [...]” (Perrone-Moisés, 1996), supondo, inconscientemente talvez, que a apropriação da desconstrução não deva passar por uma leitura e interpretação de quem dela se apropria; bem como pode dar a entender que discursos novos e transgressores tem o poder de destruir as heranças e tradições, ao superar e aniquilar o conservado, arquivado e sagrado (abordaremos isso adiante). Tem o poder, reconheçamos, de deslocar, criticar e transformar, não de aniquilar, pois o “[...] procedimento, por assim dizer, hermenêutico da desconstrução não se baseia nem na anulação da diferença de gêneros nem na afirmação de dualidades” (Siscar, 2013, p. 59). Ao contrário, continua Siscar (2013, p. 59), apontando que a desconstrução “[...] procura questionar a oposição, suas hierarquias, deslocando a reflexão sobre essa partilha tradicional, considerando, em primeiro plano, as determinações específicas por meio das quais cada texto se configura”.

Há de se levar em conta que o gesto de crítica das determinações que configuram os textos, e os textos literários inclusive, lida precisamente com a inevitabilidade de que os “pressupostos metafísicos” podem habitar a literatura ou a leitura e que “Não são falhas, erros, pecados ou acidentes que poderiam ser evitados” (Derrida, 2014, p. 73, grifos do autor); e ainda, segundo o filósofo, “o *ser* ou *estar-suspenso* da literatura [e da leitura e da crítica dos textos literários, acrescentamos] neutraliza o pressuposto [*assumption*] que ele comporta [...]”, pois a consciência do escritor, do leitor, do intérprete não tem como tornar completamente efetivo e presente aquele poder de suspensão, mesmo porque, continua Derrida (2014, 73, grifos do autor) “[...] esse poder é dúbio, ambíguo, contraditório, *suspenso sobre e entre*, *dependente e independente*”. Vale dizer que, ao nos apropriarmos de um objeto na língua(gem), o faremos sempre como um gesto de ex-apropriação¹⁰ adiado e diferente, comportando ainda traços de repetição (iterabilidade).

A iterabilidade implica, portanto, em lidarmos não com a coisa em si, porque esta não existe enquanto presença presente, mas sim com referências ao objeto na língua(gem), um trabalho sisífico com rastros em *différance*. Tal labuta nos conta que não pode haver o princípio, o “um”, haja vista este se constituir na e pela diferença.

Nessa direção, podemos dizer que a desconstrução se configura como pensamento da alteridade, do sentido di-ferido (sempre diferente de ‘si’, cuja ‘identidade’ não é senão

¹⁰ Derrida (2001c, p. 38), ao comentar o pertencimento e a apropriação de uma língua, afirma que “[...] nunca há apropriação e reapropriação absolutas. Uma vez que não existe propriedade natural da língua [e dos conceitos, acrescentamos], esta não dá lugar senão à raiva apropriadora, ao ciúme sem apropriação”, por isso referimos ao termo ex-apropriação, aludindo à incompletude dos conceitos e dos gestos de apropriação, como a leitura, a escrita, a crítica, por exemplo.

rasurada, fissurada e, na fissura, o sentido se abre sempre à escrita, reescrita, à leitura e interpretação). Logo, a desconstrução não descansa em nenhuma essencialização, e continua a operar a crítica infinita e vigilante.

No seu discurso, Perrone-Moisés (2007, p. 168) chama-nos a atenção para a necessidade de uma crítica permanente em face das aporias da desconstrução, pois “[...] aporia é o limite da desconstrução, que visa ao deslocamento do sentido, numa atitude de crítica permanente”. Todavia, essa crítica permanente e o deslocamento do sentido parecem não ser postos em movimento, quando a autora lida com “o” conceito de literatura e de crítica literária, possivelmente amparado no conceito esteticista da tradição moderna.

Justamente, Perrone-Moisés (1996), no seu confronto com o que chama de culturalismo (dos estudos culturais), afirma que a crítica (literária) moderna não lidava com o conceito de literatura a serviço da preservação de memória cultural e como mera expressão ou representação [supondo que isso seja possível], mas lidava com “[...] uma literatura concebida ela mesma como crítica, transformadora, inovadora, revolucionária, utópica”. A autora enfatiza que:

Não se trata, aqui, de negar a utilidade e a oportunidade dos “estudos culturais”. Trata-se de defender o espaço dos estudos especificamente literários. O “culturalismo” que atinge a área literária, e não apenas ela, ameaça substituir as disciplinas especializadas por um ecletismo desprovido de qualquer rigor na formação do pesquisador e na formulação de conceitos e juízos. Quanto à literatura, se esta se dilui na “cultura”, passa a ser vista apenas como expressão, reflexo, sintoma, e perde sua função de conhecimento, de crítica do real e proposta indireta (estética) de alternativas para o mesmo (Perrone-Moisés, 1996).

Ao buscar “[...] defender o espaço dos estudos especificamente literários [...]”, a autora aposta que há “o” conceito, “a” função e “o” lugar da literatura e que seria possível que a crítica literária estivesse a salvo do “culturalismo” e do “ecletismo desprovido de qualquer rigor”¹¹ (Perrone-Moisés, 1996). Tal perspectiva, mesmo que a autora o negue, se compromete com a essencialização do literário e com a assunção de que os estudos culturais pervertem “o” sentido e “o” papel da literatura, daí se ocupar do “rigor na formação do pesquisador”, na contramão de um malgrado “ecletismo”, e defender o “espaço dos estudos” literários como um objeto ôntico.

Derrida (2014), por sua vez, aponta que a responsabilidade na literatura se relaciona à sua irreducibilidade a um código ético, à possibilidade de “dizer tudo” (e qualquer coisa), portanto, ela se manifesta em sua forma hiperbólica. A incondicionalidade da literatura refuta qualquer essencialidade do texto literário, fazendo-o transbordar convenções

¹¹ Não se trata de corroborar o argumento de Perrone-Moisés (1996), nem de adotar o lado dos estudos culturais; trata-se, por sua vez, de problematizar as determinações metafísicas dos discursos, evidenciando as suas contradições, exclusões e impasses.

estéticas e éticas, para reafirmar a sua potência estética/ética no acontecimento singular de uma escrita, de um corpo poético que desafia e transborda a própria “lei”, que opera transformação/revolução na própria “instituição”. Tudo isso porque “Não há literatura sem uma relação suspensa com o sentido e a referência. [...] [e] Em sua condição suspensa, a literatura pode apenas exceder a si mesma” (Derrida, 2014, p. 70).

Assim, configura-se problemático e ilusório fixar “o” conceito (eterno) de literatura; também, não há garantias de que “a literatura dos estudos culturais” efetivamente perca “sua função de conhecimento e de crítica do real”. Tanto quanto é problemático definir “o” espaço dos estudos especificamente literários” em oposição ao “culturalismo”, como denomina Perrone-Moisés (1996), frente à condição *suspensa* da literatura (e da crítica literária).

Contudo, não somos ingênuos em concluir que tudo se reduziria ao mesmo. Não se trata de cair neste tipo de simplificação, pois, como afirma Derrida (2014, p. 70, grifos do autor), “*Suspensa* quer dizer *suspensão*, mas também *dependência*, condição, condicionalidade”. Portanto, nessa condição suspensa, a literatura excede a si mesma e comporta discursos heterogêneos e, até mesmo, contraditórios, pois essa estranha instituição chamada literatura “[...] não mostra nada sem dissimular *o que* ela mostra e *que o* mostra” (*Ibidem*, grifos do autor).

Ora, se a literatura não está unificada em um conceito fixo e em uma função única, se impõe à crítica literária um olhar crítico quanto a suas próprias “idealidades metodológicas” — tais como “individualidade criadora”, “obra como totalidade reconhecível”, “conceitos de gênero” e “forma”, dentre outros (Siscar, 2013) — como as [idealidades] que Perrone-Moisés (1996) aponta em seu texto. Escrevendo com Siscar (2013, p. 33), trata-se não de negar as “idealidades” do discurso da crítica, mas de, por meio de deslocamentos, evidenciar suas exclusões e hierarquizações e “[...] os impasses desse discurso do ponto de vista da sua relação com a origem”.

Como bem pontua o teórico-escritor-tradutor, “[...] considerando a maneira pela qual um texto literário trabalha [...] questões como o ‘desejo’, o ‘corpo’, o ‘tempo’, o ‘nacional’[...], a crítica estaria comentando a relação desse texto com o acontecimento do sentido” (Siscar, 2013, p. 202-203). Ou seja, os gestos de crítica literária implicam “atos de inscrição” pela leitura e escrita e, portanto, não lidam com um significado transcendental, mas com um significado iterável, que se repete, diferenciando-se de si. Até mesmo porque os “atos de inscrição” estão em relação com o “ser suspenso” da literatura.

Nessa direção, sobre o papel da crítica literária, Derrida (2014, p. 78) afirma:

A “boa” crítica literária, a única que vale a pena, implica um ato, uma assinatura, ou contra-assinatura literária, uma experiência inventiva da linguagem, *na* língua, uma inscrição do ato de leitura, no campo do texto lido. Esse texto nunca se deixa completamente ser “objetivado”.

Dois aspectos chamam a atenção neste texto de Derrida (2014), a saber: em primeiro lugar, a crítica implica um ato, uma inscrição, na língua, e, portanto, está sujeita à *différance* e à disseminação de sentidos, que, por isso mesmo, implicaria produção (invenção de algo novo), no âmbito do texto lido; em segundo lugar, o texto não se deixa ser reapropriado e objetivado plenamente. Essas condições implicadas nos gestos interpretativos da crítica literária têm afinidade, como vimos argumentando, com o caráter suspenso da literatura e como a crítica opera com as idealidades e também com a imposição da língua no processo de constituição da significação.

Inegavelmente, os gestos de leitura de Perrone-Moisés (1996), no texto aqui comentado, ao rebaixar os estudos culturais — conceito e função da literatura adotados e falta de rigor científico —, essencializa o literário, ao tempo que também hierarquiza os textos, a própria literatura e a crítica literária. Coube-nos, na nossa leitura, evidenciar as determinações metafísicas de seu discurso em defesa da “alta literatura”, supostamente tão desprestigiada, e em defesa da crítica literária em suposta decadência. Na verdade, trata-se não de uma defesa, mas sim da tentativa de sacralizar um conceito de literatura e de crítica.

2 Ainda outro contraponto...

Sobre a preocupação com o fim da crítica literária, em vista dos questionamentos “pós-modernos” do cânone, o prenúncio escatológico (o fim de) não condiz com o que se observa nas pesquisas acadêmicas e nos artigos científicos de periódicos da área de literatura, como lemos no mapeamento realizado por Regina Dalcastagnè (2018) sobre a produção da crítica literária em alguns dos principais periódicos brasileiros contemporâneos na área de estudos literários. O mapeamento aponta que a crítica universitária continua reforçando a relevância de autores canônicos, ao contrário de mostrar que está em curso um processo de exclusão de obras hegemônicas que constituem o cânone de referência caro ao trabalho da crítica, conforme Perrone-Moisés (1996, 2007).

A pesquisa de Dalcastagnè (2018, p. 202) revela que a escolha de obras para compor o *corpus* e as referências bibliográficas, em pesquisas na área, são majoritariamente masculinas e brancas — não coincidentemente, o mesmo perfil de autores que compõe a lista sacralizada do cânone —, com predileção pelo romance que, no âmbito da tradição literária e do mercado editorial brasileiro, é “[...] considerado o gênero literário por excelência, quase que exigindo dos autores/as sua adesão para que possam ser, efetivamente, chamados de escritores/as”. Entre a sub-representação feminina, Clarice Lispector, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo são os nomes que despontam, com uma significativa diferença no volume de trabalhos, sendo 47 trabalhos em torno da

obra de Lispector, enquanto Jesus figura em nove, e Evaristo em sete. Os escritores preferidos dos estudos, somando todas as categorias analisadas (estudo monográfico, comparativo ou panorâmico), continuam sendo os nomes consagrados da literatura brasileira, em sua maioria brancos e romancistas (com exceção do crítico Antônio Cândido): “[...] Guimarães Rosa (com 121 textos), Machado de Assis (com 108), Carlos Drummond de Andrade (com 51), Antônio Cândido (também com 51) [...] e Mário de Andrade (com 39)” (Dalcastagnè, 2018, p. 204-205).

Essa investigação atual da crítica universitária revela que, ao contrário do prognóstico de Perrone-Moisés (1996), o descentramento proposto pelos estudos culturais não provocou os efeitos esperados de destituição de um cânone hegemônico por outro composto por escritas “periféricas”, tampouco solapou as bases críticas que, além de se valerem do mesmo cânone “passado” como objeto e referência, se ancoram em um referencial teórico do qual o campo literário tem se valido há décadas, cujos protagonistas, em sua maioria, são europeus (com exceção do filósofo franco-argelino Jacques Derrida), como Roland Barthes, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e Gilles Deleuze. Além desses, nomes consagrados da crítica literária brasileira, como Antônio Cândido, Silviano Santiago, Alfredo Bosi e Haroldo de Campos, continuam a fundamentar as pesquisas.

É nesse sentido que, lendo o estudo de Regina Dalcastagnè (2018), Ariadne Santos e Claudiana Santos (2020, p. 58) afirmam que “[...] parece haver algum tipo de pacto que mantém um sistema de escolha [de corpo/*corpus*] em funcionamento. Conforme os dados comparativos, notamos que esse pacto perpassa questões de gênero, classe e raça, principalmente”. O que as autoras denunciam é o sistema de exclusão na manutenção do cânone de referência, dessa seleção que forma as bases de uma abordagem normativa para se definir o que é e o que não é literário, escondendo a tensão por trás dessa seleção, o jogo entre intencionalidade e funcionalidade literária e o papel da crítica no aval dessa funcionalidade (Santos; Santos, 2020).

É preciso, de certo modo, mascarar o jogo para afirmar a literariedade “intrínseca” de certos textos, dissimulando as relações de poder no reconhecimento do valor literário. As autoras citam Derrida, reforçando que, como já indica o pacto canônico que continua a operar um corte que perpassa gênero, classe social e raça, a literariedade não é uma essência particular de escritas branco-heterofalogocêntricas:

A literariedade não é uma essência natural, uma propriedade intrínseca ao texto. É o correlato de uma relação intencional com o texto, relação esta que integra em si, como um componente ou uma camada intencional, a consciência mais ou menos implícita de regras convencionais ou institucionais — sociais, em todo caso (Derrida, 2014, p. 64 *apud* Santos; Santos, 2020, p. 57).

As regras convencionais, como evidenciamos anteriormente, fazem parte de uma

estrutura que estabelece uma seleção de autores e textos como referência e a fixam no centro dessa estrutura, amparando as regras convencionais e institucionais. Por isso, a inclusão de escritas de vozes subalternizadas na seara literária não basta, se os mesmos paradigmas estéticos consensuais, esteados nas obras fixadas como cânone, comandam a crítica.

Citando o exemplo do trabalho teórico e inovador no campo da literatura da ensaísta e escritora Tatiana Nascimento, cuja crítica literária se engaja com novos modos de leitura contra-hegemônicos de escritas negras e de sexualidades dissidentes, Santos e Santos (2020, p. 63-64) afirmam:

O aparente objetivo de Nascimento, que emerge à leitura *Cuírlombismo Literário* (2019b), é, a partir do conhecimento e da disseminação da produção realizada pelo que a autora nomeia de diáspora sexual-dissidente, provocar mais que a desconstrução, instituir um futuro que ainda não foi nomeado, em termos de crítica e de produção ficcional, colocando em permanente tensão os jogos estabelecidos pela instituição literatura. Mais uma vez, reafirmando que não basta que um ou outro fenômeno emergente seja incorporado pelo cânone, ou mesmo que se crie um outro cânone, mas que haja outras ferramentas que não as do “senhor” para construir modos outros de críticas literárias [...].

Ao instituir o que ainda não foi nomeado pela crítica — Cf. Derrida (2014, p. 78) —, colocando em xeque os jogos já estabelecidos no campo literário, por meio dos quais se aquiesce ou não a funcionalidade literária, Tatiana Nascimento responde à demanda do rito contra o próprio rito, contra isso que Derrida (1995) afirma existir por toda parte, de tal modo que sem ele não haveria sociedade, instituição, nem história. Logo, a instituição chamada literatura não escapa ao rito. Qualquer texto, livro, obra que se inscreva nessa instituição obedece, de certo modo, a um procedimento ritualístico, que não é da ordem de uma essência, mas da inscrição, da determinação e do comando.

O leitor e crítico também se inscreve na lógica do rito, como um compromisso teórico e linguístico, para desempenhar o seu papel, como sinalizamos anteriormente com Siscar (2013). Por outro lado, para que haja a contribuição, intervenção, o que, conforme Derrida (1995), significa “fazer seu tributo” (assinatura, contra-assinatura), é preciso que se desempenhe a tarefa crítica com certa liberdade, é preciso se expor ao desvio da automaticidade do rito, é preciso um “momento crítico”, uma dificuldade, uma crise, uma disfunção, um certo “fracasso” da cerimônia que surpreenda a expectativa de um ritual de leitura, intervindo no funcionamento do texto, no processo de significação, abrindo a escrita para a iterabilidade.

A escrita que em si se desvia do rito no qual se inscreve, como a poética e a crítica de Tatiana Nascimento, analisadas por Ariadne Santos e Claudiana Santos (2020), demanda uma resposta, uma leitura e uma análise que também desobedeça ao ritual. A literatura acenaria para uma resposta que não seguiria, meramente, um rito, uma série

de normas, um dever, mas se daria no movimento de um contra-dever. Mas como, indaga Derrida (1995, p. 14), “[...] um tal dever, contra-dever, nos endividaria? Com relação a quê? Com relação a quem?” Esta pergunta “[...] faria tremer, poderia também paralisar à beira do abismo, ali onde você estaria só, completamente só, ou já requisitado por um corpo a corpo com o outro, um outro que procuraria em vão detê-lo ou precipitá-lo no vazio, para salvá-lo ou para perdê-lo” (Derrida, 1995, p. 14). Essa seria a conjuntura de uma resposta amigável e de um compromisso crítico com o texto literário, ele mesmo esteado na dupla injunção de se inscrever na lógica do rito, escapando dela, como a própria condição “suspensa” da literatura (Derrida, 2014).

A pretensa necessidade de um cânone de referência é a pulsão conservadora do rito da instituição, que tenta fixar/ficcionalizar uma literariedade essencial, visando mitigar o risco do desvio da norma e do ritual para o qual a arte sempre se inclina, ao mesmo tempo que reforça a necessidade de mirar a linearidade do ritual, abafando o obstáculo, a tensão, os jogos, a não linearidade intrínseca à literatura. A literatura, portanto, não deixa de ser um campo em disputa que, mesmo no processo de tornar um autor ou um texto canônico, é palco de tensão entre a força normativa da instituição, prezando pela repetição de regras e determinados valores estéticos, em um curso desviante. De fato, O “direito de tudo dizer e de tudo esconder”, que Derrida (2014) vincula à literatura, implica, como lembra Andreia Carvalho (2018, p. 169), a “[...] ‘aliança indissolúvel’ entre uma extrema autonomia ‘interna’ e os critérios externos que definem e delimitam o espaço literário”. Embora se submeta aos critérios externos e aos trâmites do ritual institucional, a autonomia interna, o direito de “tudo dizer” ou não dizer, que é sobretudo o direito ao segredo, põem tal aliança em constante tensão.

Esse segredo, ao qual a literatura tem direito, consiste na “[...] não presença de um sentido, de um ‘querer dizer’ — desde sempre já inscrito na articulação de todo discurso” (Duque-Estrada, 2014, p. 68) —, e é ele a própria “[...] condição de possibilidade da literatura” (Carvalho, 2018, p. 171). O tempo desse segredo apontaria ao “[...] tempo *messiânico* da vinda do outro que pode, ou não, chegar e que pode chegar como o ‘melhor’ ou como o ‘pior’” (Carvalho, 2018, p. 176, grifos da autora). É a abertura à diferença irreduzível que borra o registro da unidade e da identidade (do sentido, do texto, da literatura em si) e que “[...] reativa a referencialidade enquanto um movimento de reenvio diferencial que constitui, em última instância, um movimento *in-finito* de reenvio ao outro: ‘o devir possível do impossível *como* im-possível’ (Carvalho, 2018, p. 177, grifos da autora).

Noutras palavras, a possibilidade da literatura reside na possibilidade irreduzível do segredo e da diferença, desse reenvio infinito não ao mesmo, não ao uno de uma identidade que se quer forjar para o texto literário, mas ao outro indecifrável, incontornável nas normas de um ritual acadêmico e das convenções instituídas como força de lei. Se há uma

essência da literatura, ela é a sua não-essência, o devir literário, o desvio, o segredo e a diferença. Essa seria a sua “lei”. Ela “[...] liga assim o seu destino a uma certa não-censura, ao espaço de liberdade democrática” (Derrida *apud* Carvalho, 2018, p. 178).

3 Uma conclusão por vir...

Para decretar a arte ou a literatura como coisa do passado, ou para indagar de modo pessimista e alarmista sobre o futuro da literatura, é preciso definir uma identidade literária e artística, fixar essa essência e origem que não estão dadas, a fim de retratar seu destino, de dizer para onde a literatura caminha. Tais previsões alarmistas — que ainda chegam a nós não só na reflexão de Perrone-Moisés (1996), mas também em textos como *A Literatura em Perigo*, de Todorov, e o *Reality Hunger*, de David Shields, citados por Luciene Azevedo (2016) — decretam a morte do romance, afirmam a literatura, buscando o que sempre escapa. Essas retóricas apocalípticas, segundo Azevedo (2016), apontam como sintoma mais evidente da “desliteraturização” da literatura a grande incidência de narrativas em primeira pessoa, a porosidade da fronteira entre vida e obra, assim como a “contaminação” dos gêneros não-literários nas expressões literárias contemporâneas. Em vez de vislumbrarem um desdobramento literário “fora” da literatura, como um meio de renovação do campo, como afirma a autora, essas críticas alarmistas optam por negligenciar que as fronteiras da literatura sempre foram porosas, que nunca se tratou de um campo fechado de certezas estéticas e ficcionais, como argumentamos ao longo deste texto.

A força contra a dispersão exerce uma função arquivística e, como tal, uma certa “força de lei”. Pois, como lembra Derrida (2001a, p. 11, grifos do autor), *Arkê* designa tanto começo, princípio histórico ou ontológico — “[...] *ali onde as coisas começam* [...]” —, quanto o princípio nomológico do comando, “*ali onde se exerce a autoridade*”. Trata-se de um poder topo-nomológico, “do suporte e da autoridade”, que se apresenta como origem reguladora, assim como o “grande livro” da “natureza” da tradição judaico-cristã, metáfora oportuna da clausura do arquivo estático. O poder arcôntico, sendo poder do suporte e da autoridade, concentra as funções de unificação, identificação, classificação e o princípio de consignação, isto é, “[...] o ato de *consignar reunindo os signos*. [...] [De] coordenar um único *corpus* em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal” (Derrida, 2001a, p. 14, grifos do autor).

Desse modo, a dispersão, a heterogeneidade, o segredo, o acontecimento por vir não antecipável, para o qual a literatura está sempre caminhando (Derrida, 2014; Blanchot, 2005), ameaçam a possibilidade de consignação e revelam a fragilidade do arquivo enquanto princípio originário e ontológico, uma vez que tal princípio, a partir do qual se

quer regular o futuro, não se sustenta sem a autoridade arcôntica que define e conserva um único *corpus*, um único suporte exemplar dos valores de uma instituição.

O momento da fundação desse *corpus*, no entanto, é uma etapa revolucionária do processo de arquivamento, o que faz do arquivo revolucionário e, ao mesmo tempo, conservador (Derrida, 2001a). Isso nos leva ao entendimento de que, no processo de instituir o arquivo literário do cânone, há tensão. Há tensão no momento de identificação, seleção, unificação, classificação e, por conseguinte, exclusão. Dado esse passo, o impulso revolucionário se torna conservador e autoritário, mirando a conservação de uma tradição que ele inaugura.

Nessa direção, posicionamentos que alarmam acerca da destruição de padrões estéticos, da diluição da teoria e da crítica literária em decorrência da “invasão” dos estudos culturais, étnicos e de gênero, enfim, posicionamentos que lemos na crítica de Perrone-Moisés (1996), revelam-se manifestações do poder arcôntico autoritário que trabalha contra a inevitável dispersão do acontecimento literário que se inclina à alteridade incondicional, ao segredo que escapa à antecipação normativa da lei e da sua instituição (Derrida, 2014).

Pensando no questionamento lançado por Perrone-Moisés (1996) — “Será que, ao efetuarmos a liquidação sumária da estética, do cânone e da crítica não jogamos fora, com a água do banho, uma criança que se chamava Literatura?” — podemos avançar para uma conclusão alinhada com a reflexão de Jacques Derrida (2005), ou seja, para uma renúncia tanto da lamentação vã que anuncia uma catástrofe, preocupando-se em conservar um certo estado de coisas, quanto das posições progressistas românticas que apontam para a destruição de “velhas estruturas”, do passado e do cânone como *telos*, como uma nova *Aufklärung* (Derrida, 2004). Esse otimismo exacerbado, assim como certo essencialismo identitário, corre o risco de salvaguardar a pulsão universalista na base dos discursos conservadores que se quer superar. Dito de outro modo, não se trata de liquidar a estética, o cânone, o passado, mas tampouco se trata de reforçá-los como verdades absolutas; pois essas verdades geram assimetrias e operam em favor da deslegitimação de novas formas e abordagens do literário e da crítica literária, no engessamento dessa instituição chamada literatura, ao tentar estorvar sua potência de expansão, dispersão e devir.

Pensada nos termos de Derrida (2014), a literatura é alheia ao autoritarismo que a supervalorização estética e canônica podem perpetrar. Poderíamos apreender a sua não essência na definição elaborada por Tatiana Nascimento (2018), para alguém e além do cuirlombismo literário que inaugura:

a literatura é uma dessas artes com as quais inventamos mundos novos, possíveis, utópicos, inimaginados. pela palavra compartilhada nos aqueerlombamos. e criamos um cuierlombo não só de resistência – mas de sonho, de afeto, de semente. ressonância de beatriz nascimento y sua

refundação conceitual do quilombo como um sistema político, ideológico, místico de organização da resistência negra à escravização a partir da criação coletiva de sociedades livres e autogestionadas. que sejam nossos quilombos cada vez mais queerlombos > cuierlombos, de transformação não só das palavras que nos definem, mas de explosão y proliferação das definições que as palavras podem reinaugurar.

O exposto pela autora aponta para a mesma questão que pontuamos anteriormente, quando Derrida (2014, p. 78) comentava a necessidade de inventar, quando algo novo não tem nome ainda: “[...] é preciso inventar um para aquelas invenções ‘críticas’ que pertencem à literatura enquanto deformam os seus limites”. E assim faz Nascimento (2018), ela inventa; pois a língua, a literatura e crítica o permitem.

A literatura e a crítica, dependentes que são de “atos de inscrição e de leitura”, podem dizer o que quiserem ou não dizer. Não se resumem a isso ou aquilo. O seu destino é da ordem do acontecimento, e como tal se abrem ao porvir em sua condição “suspensa”, inventiva e transgressora.

Between the fixation/fiction on/of tradition: what about the literature and the literary criticism to come?

Abstract

The desire to protect literary criticism from its supposed demise in the postmodern age reveals a concept of literature anchored in an appreciation of tradition and “high culture”. In the light of deconstruction and its critique of hierarchization and essentialization, this paper problematizes the idealities of tradition and contributes to the destabilization of ontic metaphysical determinations. It also suspects and suspends regimes based on essence and committed to “the” truth. In a deconstructive gesture, literary criticism and literature—instead of dealing with static concepts and primary meanings of texts—open themselves to other differential chains of meaning, thus deferring the final word. Far from seeking to contain literature, we argue that the canon and the conflicts surrounding literary criticism are objects of tension that — in our reading — denounce an authoritarian and reductionist archontic power, pari passu with a literature to come.

Keywords: Literary criticism. Deconstruction. Literary canon. Literature to come

Referências

- AZEVEDO, Luciene. Literatura expandida: autoficção. **Revista Alere**, Tangará da Serra, v. 13, n. 1, p. 155-176, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/1705>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARVALHO, Andreia Margarida Pires. A incondicionalidade da literatura no pensamento da desconstrução. In: BERNARDO, Fernanda (coord.). **Escrita's da resistência** (Celan Blanchot – Derrida – Nancy). Coimbra: Palimage, 2018. p. 165-180.

DALCASTAGNÈ, Regina. A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos: uma aproximação inicial. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 54, p. 195-209, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/CtrZ4wzG3kWYnghNnVHNkmP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DERRIDA, Jacques. Carta a um amigo japonês. Tradução de Érica Lima. In: OTTONI, P. **Tradução: a prática da diferença**. 2. ed. rev. Campinas: Ed. Unicamp, 2005. p. 21-27.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura**: uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DERRIDA, Jacques. Estrutura, signo e jogo no discurso das Ciências Humanas. In: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (org.) **A controvérsia estruturalista**: as linguagens da crítica e as ciências do homem. Tradução de Carlos Alberto Vogt e Clarice Sabóia Madureira. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.

DERRIDA, Jacques. O livro por vir. In: DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. Tradução de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 19-34.

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro** — ou a prótese de origem. Tradução de Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001c.

DERRIDA, Jacques. **Paixões**. Tradução de Lóris Z. Machado. Campinas: Papirus, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. Diante da lei: recortes sobre literatura, invisibilidade, autoridade e porvir. In: DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. **Nas entrelinhas do talvez**: Derrida e a literatura. Rio de Janeiro: Via Verita, 2014. p. 63-87.

NASCIMENTO, Tatiana. Da palavra queerlombo ao cuierlombo da palavra. **Palavra Preta**, [S. l], 12 mar. 2018. Disponível em: <https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>. Acesso em: 5 mar. 2023

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Desconstruindo os estudos culturais. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe nacionalismo**. Paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Que fim levou a crítica literária? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/25/mais/14.html>. Acesso em: 8 abr. 2023.

SANTOS, Ariadne Catarine dos; SANTOS, Claudiana Gois dos. Uma estranha instituição: novas vozes e os caminhos da crítica literária contemporânea. **Revista Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 53-67, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/9759/7175>. Acesso em: 9 abr. 2023.

SISCAR, Marcos. **Jacques Derrida**: literatura, política e tradução. Campinas: Autores Associados, 2013.